



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026
Concessão de Obra no Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

ANEXO VIII - PENALIDADES



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026
Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

Índice

1. DISPOSIÇÕES GERAIS	3
2. PROCEDIMENTO PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES	7
3. PENALIDADES EM ESPÉCIE	12
3.1. ADVERTÊNCIA.....	12
3.2. MULTA.....	12
4. PENAS DE IMPEDIMENTO DE CONTRATAR OU LICITAR E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE	16
5. VALORES DE MULTAS.....	18
6. TIPIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES.....	19

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026
Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

APRESENTAÇÃO

O presente ANEXO objetiva regular as penalidades contratuais, bem como definir as condutas infracionais e os valores de multas a que a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de sanções pelo descumprimento de outras obrigações previstas: (i) no CONTRATO ou no EDITAL, conforme autoriza a Cláusula 56 do CONTRATO; e (ii) na legislação e na regulação pertinentes, às quais a CONCESSIONÁRIA se sujeita.

A aplicação das penalidades previstas neste ANEXO observará, sempre, o procedimento indicado na Cláusula 56 do CONTRATO, de forma que a AGÊNCIA REGULADORA poderá, além de aplicar a devida penalidade à CONCESSIONÁRIA, exigir a devolução de eventual benefício financeiro que esta tenha auferido, ainda que em forma de economia, em razão da prática de ato tido como infração, de modo a evitar o enriquecimento ilícito da CONCESSIONÁRIA.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Observar-se-á, para os fins de aplicação das penalidades, além do presente ANEXO, o CONTRATO, com destaque para a Cláusula 56, o EDITAL e os demais ANEXOS do CONTRATO, bem como a legislação e a regulamentação aplicáveis.

1.2. Nas hipóteses em que as infrações já estejam expressamente descritas e tipificadas na Tabela III (“Tabela III”), prevista no item 6, os níveis e grupos das respectivas penalidades já foram ali fixados de forma a guardar proporcionalidade às correlatas infrações.

1.2.1. Não será cabível a aplicação dos princípios da proporcionalidade e/ou da razoabilidade para a redução dos níveis e grupos das respectivas penalidades indicados na Tabela III ao patamar previsto no item 3.1.1, considerando que tais valores já foram fixados de forma a guardar proporcionalidade às correlatas infrações.

1.3. Os valores indicados na Tabela I foram calculados conforme a DATA BASE.

1.3.1. Os valores indicados na Tabela I deverão ser reajustados anualmente, a partir da DATA DE EFICÁCIA, com base na variação do IPCA, nos termos da Cláusula 3.2 do CONTRATO.

1.4. Nas infrações que comprovadamente decorram de hipóteses de força maior e/ou caso fortuito e/ou que configurem hipótese de inexigibilidade de conduta diversa, não será aplicável qualquer penalidade à CONCESSIONÁRIA, desde que o evento alheio à culpa e à responsabilidade da CONCESSIONÁRIA seja a razão direta e imediata da conduta infracional.

1.4.1. Se for identificado que a infração teria ocorrido, ainda que hipoteticamente

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

não se verificasse o evento de força maior, caso fortuito e/ou inexigibilidade de conduta diversa, será aplicável à CONCESSIONÁRIA a penalidade cabível.

1.4.2. Para fins de aplicação das penalidades, considera-se:

1.4.2.1. Como força maior e caso fortuito o evento assim definido na forma da lei civil e que seja a causa direta e imediata de uma infração no âmbito do CONTRATO;

1.4.2.2. Como inexigibilidade de conduta diversa a situação que, apesar de configurar infração prevista no presente ANEXO ou no CONTRATO, não resulte de culpa ou dolo da CONCESSIONÁRIA, que diligentemente adotou as medidas que lhe cabiam para produzir resultado diverso, devidamente demonstradas e inequivocamente comprovadas no correspondente processo administrativo.

1.5. Salvo nas hipóteses previstas no item 1.4, restará configurada infração contratual da CONCESSIONÁRIA, com a aplicação da penalidade correspondente, sempre que for verificada a prática de conduta descrita na Tabela III ou estabelecida no EDITAL, no CONTRATO ou nos seus respectivos ANEXOS, ou, ainda, na legislação e/ou na regulamentação aplicáveis, considerando o disposto no item 3.2.2, sem prejuízo da consideração de eventuais circunstâncias agravantes e/ou atenuantes aplicáveis, sendo irrelevantes, para fins de caracterização da infração:

- (i) A produção de danos graves ou de riscos à prestação dos SERVIÇOS, aos USUÁRIOS ou a terceiros, nos casos em que tais circunstâncias não constituam elemento do tipo infracional;
- (ii) As condutas adotadas pela CONCESSIONÁRIA anteriormente ou posteriormente à conduta infracional, ressalvados os casos que constituam atenuante ou inexigibilidade de conduta diversa;
- (iii) O fato de a infração ter sido cometida pouco tempo depois do início da prestação dos SERVIÇOS, caso a penalidade seja relacionada ao tema, sem prejuízo da possibilidade de aplicação da circunstância atenuante de que trata o item 3.2.4, “iv”; e
- (iv) O fato de a infração ter como causa:
 - (a) Defeitos de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA qualificáveis como imprevisíveis e/ou improváveis, ressalvados os casos que efetivamente constituam hipóteses de força maior, caso

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026
Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

fortuito ou inexigibilidade de conduta diversa, nos termos dos itens 1.4.2.1 e 1.4.2.2;

- (b) O estado dos BENS REVERSÍVEIS transferidos pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, salvo se caracterizado vício de responsabilidade do PODER CONCEDENTE, nos termos da Cláusula 24.1.1 do CONTRATO e do seu ANEXO III; ou
- (c) A ação de SUBCONTRATADOS, fornecedores, funcionários, terceirizados ou empregados da CONCESSIONÁRIA, independentemente do tipo de colaborador envolvido na conduta infracional, sendo imputáveis à CONCESSIONÁRIA, como se por ela tivessem sido diretamente praticados, todos os atos executados por pessoas físicas e jurídicas que tenha contratado.

1.6. A CONCESSIONÁRIA poderá sofrer, pelo descumprimento de uma mesma obrigação contratual, a aplicação de penalidades previstas neste ANEXO e, cumulativamente, eventual acréscimo na OUTORGA VARIÁVEL a partir da aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO, nos termos do ANEXO VI, considerando que tais acréscimos não têm caráter sancionatório.

1.6.1. A aplicação concomitante das penalidades previstas neste ANEXO e de eventuais acréscimos na OUTORGA VARIÁVEL, nos termos do ANEXO VI, não configura *bis-in-idem*, considerando que as penalidades previstas neste ANEXO possuem natureza sancionatória, decorrente da responsabilização da CONCESSIONÁRIA por conduta infracional, enquanto a incidência dos acréscimos na OUTORGA VARIÁVEL possui natureza variada e vinculada à performance da CONCESSIONÁRIA, apurada de forma objetiva, nos termos do ANEXO VI, sem valoração de culpa, dolo ou reprovabilidade de sua conduta.

1.7. Nas hipóteses em que uma determinada conduta corresponda a mais de uma infração dentre as previstas na Tabela III, será aplicada a penalidade correspondente à infração mais específica, vedada a cumulação de infrações relativas à mesma conduta, sob pena de *bis-in-idem*. Caso tal diretriz não seja suficiente para determinar qual penalidade deverá ser aplicada quando houver sobreposição de tipos infracionais incidentes sobre a mesma conduta, deverá a AGÊNCIA REGULADORA aplicar a multa que abranja a maior quantidade de tipos infracionais possíveis.

1.7.1. A escolha pela aplicação da penalidade correspondente, nos termos do item 1.7, deverá ser devidamente motivada pela AGÊNCIA REGULADORA no

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

respectivo processo administrativo sancionador, com base nos elementos fáticos e jurídicos do caso concreto, indicando de forma clara a razão pela qual determinada tipificação prevalece sobre outra.

- 1.7.2. Será vedada a aplicação cumulativa de penalidades sobre condutas que compartilhem os mesmos elementos essenciais, salvo nos casos em que se comprove a ocorrência de condutas autônomas e materialmente distintas, ainda que correlatas.

1.8. Caso a CONCESSIONÁRIA pratique infração por mora ou infração cujos efeitos perdurem no tempo, além das penalidades descritas neste ANEXO, será cobrada multa moratória de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da penalidade aplicada, a contar do dia da materialização da infração.

1.9. A AGÊNCIA REGULADORA poderá, a seu critério, conceder novo prazo para a correção de irregularidades referentes a infrações por mora ou infrações cujos efeitos de descumprimento perdurem no tempo, desde que a infração não impacte a entrega definitiva de EMPREENDIMENTOS ou de PACOTES DE INVESTIMENTOS.

1.9.1. O período adicional para correção de irregularidades se estenderá por até 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis a critério da AGÊNCIA REGULADORA, e deverá ser tecnicamente compatível com a complexidade da correção a ser realizada.

1.9.2. A correção das irregularidades verificadas dentro do novo prazo previsto no item 1.9.1 isentará a CONCESSIONÁRIA do pagamento da multa moratória prevista no item 1.8.

1.9.3. O não cumprimento da obrigação dentro do novo prazo estipulado, nos termos do item 1.9.1, acarretará a cobrança da multa moratória prevista no item 1.8 a contar do primeiro dia subsequente ao vencimento desse novo prazo estipulado até o cumprimento da obrigação. As multas moratórias não poderão ultrapassar o valor da parcela da obrigação ainda não cumprida.

1.9.3.1. A concessão de período adicional para correção de irregularidades: (i) não suspenderá a tramitação de processos sancionatórios já instaurados, salvo se houver decisão expressa da AGÊNCIA REGULADORA em sentido contrário; e (ii) não suspenderá ou impedirá a apuração do cometimento de novas infrações, não importando se as condutas faltosas cuja prática se pretenda apurar tenham sido realizadas antes ou depois do referido período adicional.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

1.10. Sem prejuízo do disposto no item 1.9, sendo aplicada à CONCESSIONÁRIA penalidade relacionada ao atraso ou descumprimento dos prazos previstos nos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, relativos aos EMPREENDIMENTOS ou aos PACOTES DE INVESTIMENTOS, a exigibilidade dessa penalidade será suspensa até o prazo previsto para conclusão definitiva dos respectivos EMPREENDIMENTOS e/ou PACOTES DE INVESTIMENTOS.

1.10.1. O cumprimento do prazo para conclusão definitiva dos EMPREENDIMENTOS e/ou dos PACOTES DE INVESTIMENTOS acarretará a convalidação de eventual penalidade em advertência nos processos sancionatórios relacionados ao descumprimento das obrigações descritas nos itens 1.9 e 1.10.

1.10.2. O descumprimento do prazo previsto para a conclusão definitiva dos EMPREENDIMENTOS e/ou dos PACOTES DE INVESTIMENTOS acarretará a exigibilidade das penalidades por atraso ou descumprimento dos prazos previstos nos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, relativos aos referidos EMPREENDIMENTOS e/ou PACOTES DE INVESTIMENTOS.

1.10.3. Sem prejuízo do quanto disposto no item 1.10.2, a penalidade pelo descumprimento do prazo para conclusão definitiva dos EMPREENDIMENTOS e/ou dos PACOTES DE INVESTIMENTOS será acrescida de multa moratória de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da penalidade aplicada, a contar do primeiro dia subsequente ao vencimento do prazo até sua conclusão definitiva.

1.10.4. Paralelamente à aplicação da penalidade de que trata o item 1.10.3, será aferido o eventual desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em favor do PODER CONCEDENTE, na forma prevista no item 2.1 deste ANEXO e no CONTRATO.

2. PROCEDIMENTO PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES

2.1. Sem prejuízo da aplicação de penalidades à CONCESSIONÁRIA, na forma prevista neste ANEXO, o benefício financeiro eventualmente auferido pela CONCESSIONÁRIA, ainda que em forma de economia, em razão da prática de ato tido como infração, após a devida apuração em processo administrativo, deverá ser objeto do reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em favor do PODER CONCEDENTE, de modo a se evitar o enriquecimento ilícito da CONCESSIONÁRIA.

2.2. As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação de multas comprovadamente devidas, após decisão administrativa da qual não caiba mais recurso administrativo, reverterão em favor do PODER CONCEDENTE, sendo descontadas preferencialmente em

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026
Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

uma única parcela da CONTA CENTRALIZADORA, observado o disposto no item 2.2.1 abaixo.

2.2.1. Os descontos decorrentes de processos administrativos sancionatórios, incluindo multas e indenizações, serão limitados, por mês, a 5% (cinco por cento) do valor correspondente à média móvel da RECEITA BRUTA obtida pela CONCESSIONÁRIA nos últimos 12 (doze) meses, sendo que os valores remanescentes serão descontados nos meses subsequentes, observado o limite em questão, até a plena quitação do valor devido.

2.2.2. Na hipótese de ter sido a multa espontaneamente quitada na data prevista no seu documento de cobrança, o valor correspondente será direcionado pela AGÊNCIA REGULADORA à CONTA CENTRALIZADORA.

2.2.3. Caso não seja possível a dedução de que tratam os itens 2.2 e 2.2.1, ou a compensação com valores devidos pelo PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar o pagamento da multa no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da notificação da decisão administrativa definitiva, devendo o comprovante de pagamento ser apresentado nos autos do processo administrativo sancionatório no mesmo prazo.

2.2.4. O não recolhimento de qualquer multa devida, quando impossível a dedução de que tratam os itens 2.2 e 2.2.1, ou a sua compensação com valores devidos pelo PODER CONCEDENTE, nos termos e prazo fixados no item 2.2.3, caracterizará falta grave e ensejará a execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO, nos termos estabelecidos no CONTRATO, sem que outras providências sejam necessárias para tanto.

2.3. Constatado algum tipo de infração contratual no exercício da fiscalização, que importe em potencial aplicação de penalidades à CONCESSIONÁRIA, o responsável pela fiscalização do CONTRATO, no âmbito da AGÊNCIA REGULADORA, deverá lavrar TERMO DE FISCALIZAÇÃO, contendo os seguintes itens:

- a) Descrição do(s) fato(s) constatado(s);
- b) Indicação de eventual reincidência, constando a data da última ocorrência, se o caso;
- c) Enquadramento do fato constatado com os tipos infracionais previstos neste ANEXO, ou, caso não haja tipificação específica, com o descumprimento de obrigações previstas no CONTRATO, no EDITAL, em seus respectivos ANEXOS, na legislação e/ou na regulamentação aplicáveis;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

- d) Registro fotográfico, quando compatível com a natureza da infração;
- e) Indicação da penalidade cabível, observados os critérios previstos neste ANEXO; e
- f) Identificação do agente fiscalizador.

2.3.1. A consumação da infração depende apenas da prática de ato tipificado nos termos do EDITAL, do CONTRATO e/ou de seus ANEXOS, ou, ainda da legislação e da regulamentação aplicáveis, independentemente de sua identificação, imediata ou posterior, pela AGÊNCIA REGULADORA, que, quando da lavratura do TERMO DE FISCALIZAÇÃO, indicará o fato constatado e a data da consumação da infração, que poderá ser anterior à data da fiscalização.

2.4. Eventuais erros de enquadramento ou de indicação da penalidade cabível, por parte do agente fiscalizador, poderão ser sanados no âmbito do respectivo processo administrativo sancionador, devendo ser devolvido o prazo de defesa da CONCESSIONÁRIA caso do saneamento resulte alguma nova informação de natureza fática.

2.5. Lavrado o TERMO DE FISCALIZAÇÃO, este deverá ser encaminhado:

2.5.1. À autoridade competente no âmbito da AGÊNCIA REGULADORA, para fins de avaliação quanto à instauração de respectivo processo administrativo sancionador, seguindo-se o regular trâmite legal previsto na Lei Complementar nº 1.413/2024, bem como na respectiva regulamentação da AGÊNCIA REGULADORA; e

2.5.2. À CONCESSIONÁRIA, indicando prazo para regularização das faltas ou defeitos verificados, sem prejuízo da concomitante instauração do respectivo processo administrativo sancionatório, nos termos da Lei Complementar nº 1.413/2024, bem como da respectiva regulamentação da AGÊNCIA REGULADORA.

2.5.2.1. A lavratura do TERMO DE FISCALIZAÇÃO e a instauração do respectivo processo administrativo sancionatório independem da conclusão de relatórios e/ou procedimentos técnicos a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA para a apuração da ocorrência, ou da adoção das medidas pertinentes à regularização das faltas e dos defeitos verificados, sendo cabível, assim, que, no exercício da fiscalização do CONTRATO, seja constatado algum tipo de infração contratual que importe em aplicação de penalidades à CONCESSIONÁRIA.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026
Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

2.5.2.2. A regularização das faltas apontadas no TERMO DE FISCALIZAÇÃO não afasta a configuração da infração e, conseqüentemente, a aplicação da correspondente penalidade, nos termos previstos neste ANEXO, na Cláusula 56 do CONTRATO, na legislação e na regulamentação aplicáveis, observadas as hipóteses previstas nos itens 1.9, 1.10 e respectivos subitens, quando cabíveis.

2.6. No TERMO DE FISCALIZAÇÃO, ou em qualquer fase do respectivo processo administrativo instaurado para apurar eventual descumprimento contratual, poderá a AGÊNCIA REGULADORA, por iniciativa própria ou mediante provocação, determinar a adoção de medida preventiva ou mitigadora, quando houver indício ou fundado receio de que a CONCESSIONÁRIA, direta ou indiretamente, possa causar aos USUÁRIOS ou à coletividade lesão irreparável ou de difícil reparação, ou, ainda, possa tornar ineficaz o resultado final do processo.

2.6.1. O descumprimento das medidas preventivas ou mitigadoras determinadas pela AGÊNCIA REGULADORA configurará circunstância agravante.

2.7. É possível a reunião, em um mesmo processo administrativo sancionatório, de casos conexos envolvendo infrações de idêntica tipificação, hipótese em que a eventual aplicação de penalidade considerará o número de infrações cometidas.

2.7.1. Constatada a ocorrência de circunstâncias atenuantes e/ou agravantes para apenas uma ou parte das infrações apuradas, a AGÊNCIA REGULADORA deverá aplicar penalidades separadamente.

2.8. Uma vez citada, por meio eletrônico, caberá à CONCESSIONÁRIA a apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, devendo instruí-la com os elementos probatórios que julgar convenientes, inclusive com a indicação das provas que pretende produzir.

2.7.1. A citação referida no item 2.8 acima deverá ser acompanhada do respectivo TERMO DE FISCALIZAÇÃO pertinente.

2.7.2. A CONCESSIONÁRIA deverá manter atualizado junto à AGÊNCIA REGULADORA o endereço eletrônico pelo qual receberá quaisquer citações, notificações, intimações ou comunicações relativas ao CONTRATO, adotando-se como termo inicial para a contagem de prazos o dia útil imediatamente subsequente ao envio da comunicação eletrônica.

2.7.3. Considera-se produção de provas a instrução da defesa apresentada pela CONCESSIONÁRIA com a documentação pertinente às teses defensivas então

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

formuladas, bem como a apreciação desses documentos pela autoridade competente no âmbito da AGÊNCIA REGULADORA.

2.7.4. Não acolhidas as razões apresentadas pela CONCESSIONÁRIA em sede de defesa, ou caso o prazo do item 2.8 transcorra sem que haja a apresentação de defesa pela CONCESSIONÁRIA, e concluindo-se pela ocorrência de infração contratual, será aplicada a sanção cabível, na forma deste ANEXO, mediante a intimação da CONCESSIONÁRIA.

2.8.1.1. A intimação sobre a aplicação de penalidades será realizada por meio de notificação escrita, mediante protocolo de entrega ou envio eletrônico, determinando-se, quando se tratar de multa, o seu pagamento no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis a contar de seu recebimento, observado o item 3.2.1.1.

2.8.2. Na hipótese de eventual penalidade aplicada pela AGÊNCIA REGULADORA, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação pela CONCESSIONÁRIA, uma única vez, diretamente à autoridade ou órgão hierarquicamente superior à que prolatou a decisão, nos termos da organização da AGÊNCIA REGULADORA.

2.8.2.1. O prazo previsto no item 2.8.2 será aplicável aos pedidos de reconsideração, os quais poderão ser apresentados uma única vez, na hipótese de ato do qual não caiba recurso hierárquico, conforme previsto no artigo 165 da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

2.8.2.2. A decisão que julgar os recursos interpostos pela CONCESSIONÁRIA não poderá agravar as penalidades eventualmente aplicadas em seu desfavor, salvo nos casos de revogação ou invalidação da decisão recorrida.

2.9. O cumprimento das penalidades impostas pela AGÊNCIA REGULADORA não exige a CONCESSIONÁRIA do fiel cumprimento de suas obrigações e responsabilidades previstas no CONTRATO e em seus ANEXOS, bem como do dever de reparação de eventuais perdas e danos causados ao PODER CONCEDENTE, aos seus empregados, aos USUÁRIOS ou a terceiros, em decorrência das atividades relacionadas com a CONCESSÃO.

2.10. A CONCESSIONÁRIA não poderá ser penalizada nos seguintes casos: (i) caso ocorram descumprimentos contratuais decorrentes direta e comprovadamente de evento cujo risco foi atribuído ao PODER CONCEDENTE, nos termos da Cláusula 24 do CONTRATO; ou (ii) caso sejam caracterizadas excludentes de responsabilidade previstas neste ANEXO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026
Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

3. PENALIDADES EM ESPÉCIE

3.1. ADVERTÊNCIA

3.1.1. A penalidade de advertência poderá ser aplicada, em substituição à penalidade de multa, quando do cometimento de infração contratual cujo valor seja: (i) enquadrado nos Grupos I e II, Nível A, das Tabelas I e II, devidamente reajustado, nos termos do item 1.3.1; ou (ii) determinado no mesmo patamar indicado no item anterior por meio da sistemática descrita no item 3.2.2, desde que, em qualquer caso, sejam cumpridos os seguintes requisitos:

- a) a CONCESSIONÁRIA solicite formalmente a conversão da penalidade de multa em advertência, mediante o reconhecimento do cometimento da infração objeto da apuração, no prazo definido para apresentação da defesa, em âmbito administrativo;
- b) a CONCESSIONÁRIA demonstre, até a data da solicitação, ter adotado todas as medidas necessárias à efetiva correção da falta, resultando na comprovada cessação da infração;
- c) a CONCESSIONÁRIA demonstre ter adotado as medidas cabíveis para evitar a ocorrência de falta semelhante;
- d) não tenham sido causados danos significativos pelo cometimento da infração ao PODER CONCEDENTE, à AGÊNCIA REGULADORA, aos SERVIÇOS ou aos USUÁRIOS, sendo entendidos como significativos os danos que: (i) possam vir a comprometer o atendimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO, nos termos do ANEXO VI, ou prejudicar a prestação dos SERVIÇOS; ou (ii) possam representar qualquer tipo de prejuízo financeiro ao PODER CONCEDENTE, à AGÊNCIA REGULADORA ou aos USUÁRIOS; e
- e) não tenha sido configurada reincidência específica praticada pela CONCESSIONÁRIA, conforme definição da Cláusula 56.3 do CONTRATO.

3.2. MULTA

3.2.1. Serão aplicadas multas em virtude de infrações praticadas pela CONCESSIONÁRIA descritas na Tabela III ou estabelecidas no EDITAL, no CONTRATO ou nos seus respectivos ANEXOS, ou, ainda, na legislação ou na

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

regulamentação aplicáveis, de acordo com as regras previstas no presente ANEXO e na Cláusula 56 do CONTRATO.

3.2.1.1. Os valores das multas, quando aplicadas, estarão sujeitos à incidência da TAXA SELIC, calculada *pro rata die*, a contar da data do encerramento do prazo para pagamento, determinado na forma do item 2.2.3, até a data do efetivo pagamento.

3.2.2. Na hipótese de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, de qualquer obrigação prevista no EDITAL, no CONTRATO ou nos seus ANEXOS, ou, ainda, na legislação e/ou regulamentação aplicáveis, para a qual não houver cominação de multa específica, esta será calculada utilizando-se como referência os valores previstos na Tabela III para infrações de semelhante natureza e gravidade, sempre respeitando os valores mínimos e máximos previstos neste ANEXO, garantindo-se a proporcionalidade entre a infração e a correspondente sanção, mediante a observância dos seguintes critérios, quando cabíveis:

- a) a natureza e a gravidade da infração;
- b) o dano resultante da infração ao PODER CONCEDENTE, à AGÊNCIA REGULADORA, aos USUÁRIOS, aos empregados da CONCESSIONÁRIA, a prestadores de serviços da CONCESSIONÁRIA, a SUBCONTRATADOS, e/ou a transeuntes, ou, ainda, à ÁREA DA CONCESSÃO ou aos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA;
- c) as vantagens auferidas ou pretendidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;
- d) a presença de dolo por parte da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos; e
- e) os antecedentes da CONCESSIONÁRIA, inclusive eventual reincidência.

3.2.3. O valor base da multa, definido na Tabela I ou através da sistemática prevista no item 3.2.2, poderá ser aumentado ou reduzido em razão da presença de circunstâncias agravantes e atenuantes.

3.2.4. São consideradas circunstâncias atenuantes:

- i. o reconhecimento, no prazo para apresentação da defesa em âmbito administrativo, do cometimento da infração objeto da apuração, bem como da responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, com a correspondente apresentação de manifestação de interesse na quitação não litigiosa do valor da multa;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

- ii. o concurso de agentes externos para a prática da infração, que tenham influência no resultado produzido;
- iii. quando compatível com a natureza da infração, a execução de medidas espontâneas pela CONCESSIONÁRIA, resultando na cessação da infração e na recomposição das condições dos ofendidos, no prazo para apresentação da defesa em âmbito administrativo;
- iv. o fato de a infração ter sido cometida durante os primeiros seis meses contados do início da prestação de determinado SERVIÇO DE PASSEIO TURÍSTICO, considerando o planejamento apresentado pela CONCESSIONÁRIA no PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO;
- v. a apresentação de manifestação de interesse na quitação não litigiosa do valor da multa, após a instauração do processo administrativo sancionatório, desde que anteriormente à prolação de decisão condenatória; e
- vi. a apresentação de manifestação de interesse na quitação não litigiosa do valor da multa, após a condenação da CONCESSIONÁRIA no âmbito de processo administrativo sancionatório, após a prolação de decisão condenatória, desde que anteriormente à prolação de decisão em sede de recurso administrativo.

3.2.4.1. As circunstâncias atenuantes previstas no item 3.2.4 ensejarão os seguintes descontos sobre as multas:

- a) Atenuante prevista no item 3.2.4, “i”: Redução de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- b) Atenuante prevista no item 3.2.4, “ii”: Redução de 15% (quinze por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- c) Atenuante prevista no item 3.2.4, “iii”: Redução de 15% (quinze por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- d) Atenuante prevista no item 3.2.4, “iv”: Redução de 10% (dez por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- e) Atenuante prevista no item 3.2.4, “v”: Redução de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa; e
- f) Atenuante prevista no item 3.2.4, “vi”: Redução de 10% (dez por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

3.2.4.2. A incidência da atenuante prevista no item 3.2.4, “i”, “v” e “vi”, condiciona-se ao pagamento espontâneo, pela CONCESSIONÁRIA, da multa calculada e aplicada nos termos deste ANEXO. A superação do prazo estabelecido para a satisfação da multa, sem o seu incondicionado pagamento, importará na desconsideração da atenuante aplicada e na adoção das medidas legal ou contratualmente previstas para a cobrança da multa em seu valor integral.

3.2.5. São consideradas circunstâncias agravantes:

- i. Ter a infração sido cometida mediante fraude ou má-fé;
- ii. Não adoção de medidas alternativas e/ou mitigadoras, no prazo e nos termos recomendados pela AGÊNCIA REGULADORA;
- iii. Praticar a infração para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outra infração;
- iv. A configuração de reincidência específica praticada pela CONCESSIONÁRIA, conforme conceito definido na Cláusula 56.3 do CONTRATO, sendo que, para que não haja *bis-in-idem* para tipos infracionais incidentes sobre a mesma conduta, esta alínea deverá ser desconsiderada como circunstância agravante na aplicação de penalidades caso a reincidência já constitua elemento do tipo das infrações, conforme disposto no item 3.2.7; e
- v. A litigância de má-fé ao longo do processo administrativo sancionatório, caracterizada pela prática de quaisquer das condutas previstas no artigo 80 do Código de Processo Civil.

3.2.5.1. As circunstâncias agravantes previstas no item 3.2.5 ensejarão os seguintes acréscimos sobre as multas:

- a) Agravante prevista no item 3.2.5, “i”: Acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- b) Agravante prevista no item 3.2.5, “ii”: Acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- c) Agravante prevista no item 3.2.5, “iii”: Acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- d) Agravante prevista no item 3.2.5, “iv”: Acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa; e

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

- e) Agravante prevista no item 3.2.5, “iv”: Acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa; e

3.2.6. Não poderão ser reconhecidas, cumulativamente, as seguintes situações agravantes e/ou atenuantes:

- a) a atenuante prevista no item 3.2.4, “i”, cumulativamente com as atenuantes previstas no item 3.2.4, “v” e/ou “vi”, prevalecendo a primeira que for aplicável;
- b) a atenuante prevista no item 3.2.4, “iii”, cumulativamente com a agravante prevista no item 3.2.5, “ii”, prevalecendo a agravante; e
- c) qualquer das atenuantes previstas no item 3.2.4, “i”, “v” ou “vi” cumulativamente com a agravante prevista no item 3.2.5, “i”, “iii” ou “v”, prevalecendo a(s) agravante(s).

3.2.7. Não serão consideradas na dosimetria da multa as circunstâncias atenuantes ou agravantes que constituam elemento do tipo da infração, descrita na Tabela III ou identificada com base na sistemática do item 3.2.2.

3.2.8. A existência de vítima em razão de não cumprimento dos requisitos mínimos de operação e manutenção especificados no item 3 do ANEXO II.C. implicará a imposição de multa, por vítima, no valor da infração referida no subitem 51 da Tabela III.

3.3. A classificação das infrações prevista na Tabela III é indicativa do provável enquadramento de cada tipo infracional, sem prejuízo da possibilidade de enquadramento em categoria distinta, conforme justificado no respectivo processo administrativo sancionatório.

4. PENAS DE IMPEDIMENTO DE CONTRATAR OU LICITAR E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

4.1. As penas de suspensão do direito de participar de licitações e de impedimento de contratar ou licitar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA direta ou indireta do ESTADO, bem como a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderão ser aplicadas, respeitadas as regras legais de competência, no caso de práticas reiteradas de infrações contratuais ou regulamentares, bem como no caso de infrações que causem grave lesão ao interesse público, além das situações previstas na legislação e nas normas aplicáveis, destacando-se aquelas previstas no art. 156, §§ 4º a 7º, da LEI DE

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, quando decretada a caducidade da CONCESSÃO, considerando-se, ainda, as seguintes circunstâncias, com vistas à garantia dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade:

- a) a natureza e a gravidade da infração;
- b) a presença de dolo da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos;
- c) o dano resultante ao PODER CONCEDENTE, à AGÊNCIA REGULADORA, aos USUÁRIOS, aos empregados da CONCESSIONÁRIA, a prestadores de serviços da CONCESSIONÁRIA, a SUBCONTRATADOS, a transeuntes, ou, ainda, aos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA ou à ÁREA DA CONCESSÃO;
- d) as vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;
- e) a adoção de medidas pela CONCESSIONÁRIA para minimizar os danos causados pela infração;
- f) a situação econômica e financeira da CONCESSIONÁRIA, em especial a sua capacidade de honrar com compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do CONTRATO; e
- g) os antecedentes da CONCESSIONÁRIA.

4.2. A penalidade de impedimento de suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA direta ou indireta do ESTADO será aplicada por prazo não superior a 3 (três) anos.

4.3. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA surtirá efeitos enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

4.3.1. A reabilitação deverá ser requerida perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, devendo ser exigidos, para tanto, cumulativamente:

- a) a reparação integral do dano causado à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;
- b) o pagamento da multa;
- c) o transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano contado da aplicação da

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026
Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

- d) o cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo; e
- e) haja análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos anteriormente mencionados.

5. VALORES DE MULTAS

Tabela I – Definições dos Grupos e dos Valores das Multas

Grupos	Valores das Multas
I	R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)
II	R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)
III	R\$ 100.000,00 (cem mil reais)
IV	R\$ 150.000,00 (duzentos mil reais)
V	R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)
VI	R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)
VII	R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)
VIII	R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

Tabela II – Níveis de Classificação das Penalidades

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026
Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

Nível	Classificação das Penalidades
A	5% (cinco por cento) do Valor da Multa
B	10% (dez por cento) do Valor da Multa
C	30% (trinta por cento) do Valor da Multa
D	50% (cinquenta por cento) do Valor da Multa
E	75% (setenta e cinco por cento) do Valor da Multa
F	100% (cem por cento) do Valor da Multa

6. TIPIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES

Tabela III – Tipificação das Infrações

ITEM	INFRAÇÃO	GRUPO	NÍVEL	CONFIGURAÇÃO
PLANOS, CERTIFICADOS, RELATÓRIOS E OUTROS DOCUMENTOS				
1	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO e/ou suas revisões, com todos os planos que os compõem, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e em seus ANEXOS.	III	D	Não implantar/observar parcialmente
			F	Não implantar/observar integralmente
			F	Não submeter e/ou iniciar atos sem a aprovação do plano
2	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO.	II	B	Não implantar/observar parcialmente
			D	Não implantar/observar integralmente
			D	Não submeter e/ou iniciar atos sem a aprovação do plano
3	Deixar de submeter o PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e em	II	F	Não submeter e/ou iniciar atos sem a aprovação do plano

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	seus ANEXOS.			
4	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PRAC, com todos os planos que os compõem, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e em seus ANEXOS.	I	A	Não implantar/observar parcialmente
			C	Não implantar/observar integralmente
			C	Não submeter e/ou iniciar atos sem a aprovação do plano
5	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL, com todos os planos que os compõem, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e em seus ANEXOS.	II	D	Não implantar/observar parcialmente
			F	Não implantar/observar integralmente
			F	Não submeter e/ou iniciar atos sem a aprovação do plano
6	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO DO PRAC, com todos os planos que os compõem, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e em seus ANEXOS.	II	D	Não implantar/observar parcialmente
			F	Não implantar/observar integralmente
			F	Não submeter e/ou iniciar atos sem a aprovação do plano
7	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE INTERVENÇÕES DO PRAC, com todos os planos que os compõem, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e em seus ANEXOS.	III	D	Não implantar/observar parcialmente
			F	Não implantar/observar integralmente
			F	Não submeter e/ou iniciar atos sem a aprovação do plano
8	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE SEGUROS, com todos os planos que os compõem, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e em seus ANEXOS.	II	D	Não implantar/observar parcialmente
			F	Não implantar/observar integralmente
			F	Não submeter e/ou iniciar atos sem a aprovação do plano
9	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE TRANSFERÊNCIA OPERACIONAL, com todos os planos que os compõem, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e em seus ANEXOS.	III	D	Não implantar/observar parcialmente
			F	Não implantar/observar integralmente
			F	Não submeter e/ou iniciar atos sem a aprovação do plano

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

10	10.1. Deixar de submeter o PLANO DE DESAPROPRIAÇÃO, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e nos seus ANEXOS.	III	F	Não submeter e/ou iniciar atos sem a não objeção prévia
	10.2. Deixar de iniciar a implantação ou de observar o PLANO DE DESAPROPRIAÇÃO, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e nos seus ANEXOS.	III	F	Por infração
11	11.1. Deixar de obter, manter vigentes e renovar todas as licenças, autorizações, anuências, permissões, certidões, habilitações, outorgas, alvarás e demais atos liberatórios necessários para execução do CONTRATO, excetuados os casos previstos em tipos infracionais específicos.	II	F	Por infração
	11.2. Deixar de apresentar, no prazo solicitado pela AGÊNCIA REGULADORA, as licenças, autorizações, anuências, permissões, certidões, habilitações, outorgas, alvarás e demais atos libratórios necessárias para execução do CONTRATO.	I	D	Por infração
12	Alterar, atualizar ou revisar os PLANOS sem submissão ao AUDITOR INDEPENDENTE e à AGÊNCIA REGULADORA, no prazo e na forma determinados no CONTRATO e em seus ANEXOS.	II	F	Por infração
13	Deixar de submeter, implantar ou observar os planos e/ou programas ambientais exigidos no ANEXO II.A e nos seus Apensos.	II	D	Não implantar parcialmente
			F	Não implantar integralmente
			F	Não submeter e/ou iniciar atos sem a aprovação do plano ou programa
IMPLANTAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO, ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA				
14	Não iniciar ou iniciar com atraso a execução de obras referentes às ampliações, requalificações, adequações e modernizações necessárias à execução do	IV	F	Por obra

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	CONTRATO, incluindo os EMPREENDIMENTOS, conforme iniciado nos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS vigentes, respeitando os marcos e etapas que os constituem.			
15	Não concluir ou concluir com atraso a execução de obras referentes às ampliações, requalificações, adequações e modernizações necessárias à execução do CONTRATO, incluindo os EMPREENDIMENTOS, conforme indicado nos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS vigentes, respeitando os marcos e etapas que os constituem.	V	F	Por obra
16	Descumprir o prazo previsto para conclusão dos PACOTES DE INVESTIMENTOS, conforme indicado nos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS vigentes.	V	F	Por evento
ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS, TRANSFERÊNCIA DOS BENS REVERSÍVEIS DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE E INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS				
17	Descumprir o prazo máximo fixado no CONTRATO para a FASE PRÉ-OPERACIONAL, independentemente da concordância da AGÊNCIA REGULADORA com eventual prorrogação, em razão da ocorrência de evento de risco ou responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, ou descumprimento contratual desta, ainda que concomitantemente à ocorrência do evento de risco ou responsabilidade do PODER CONCEDENTE, ou descumprimento contratual deste.	VI	F	Por infração
18	Deixar de realizar os procedimentos previstos para a transferência de conhecimento pelos MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA escalados para	III	F	Por infração

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	os treinamentos realizados na FASE PRÉ-OPERACIONAL, nos prazos e termos fixados no CONTRATO e no ANEXO III.			
19	Deixar de assinar o TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, no prazo e nas condições fixados no CONTRATO.	II	F	Por infração
20	20.1. Descumprir os prazos máximos previstos nos itens 1.1.1, 1.1.2 e 1.1.3 do ANEXO II.C para início da operação dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO ali indicados.	VI	F	Por infração
	20.2. Deixar de iniciar a prestação dos demais SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO que eventualmente tenham sido propostos pela CONCESSIONÁRIA de acordo com os prazos previstos no PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO.	V	F	Por infração
PRESERVAÇÃO DA ATUALIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS				
21	Deixar de preservar a atualidade e modernidade na prestação dos SERVIÇOS, na forma detalhada na Cláusula 15 do CONTRATO.	I	F	Por item ou serviço
PROPRIEDADE DO PROJETO, DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E DOS DIREITOS RELATIVOS À CONCESSÃO				
22	Deixar de ceder, sem ônus e definitivamente, ao PODER CONCEDENTE, à AGÊNCIA REGULADORA e/ou às futuras SUCESSORAS, licença para usar estudos, projetos e outros trabalhos intelectuais criados e utilizados ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, ou direitos de propriedade intelectual, nos termos previstos no CONTRATO.	IV	F	Por infração
23	Descumprir a obrigação de garantir que todos os sistemas supervisores, de automação e de controle operacional sejam de código aberto, ou de franquear acesso aos respectivos códigos ao PODER CONCEDENTE ou à AGÊNCIA	VI	F	Por sistema

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	REGULADORA.			
24	Utilizar a documentação técnica relativa à CONCESSÃO, especialmente aos BENS REVERSÍVEIS, para fins diversos dos previstos no CONTRATO.	IV	F	Por infração
25	Deixar de disponibilizar ao PODER CONCEDENTE ou à AGÊNCIA REGULADORA, após solicitação formal, cópia digital de documentação gerada com a implantação dos EMPREENDIMENTOS ou dos PACOTES INVESTIMENTOS, ou, ainda, a prestação dos SERVIÇOS, assim como alterações na referida documentação, no decorrer da operação.	IV	F	Por infração
LICENCIAMENTO AMBIENTAL, GESTÃO AMBIENTAL E PASSIVOS AMBIENTAIS				
26	26.1. Deixar de obter as autorizações, permissões, anuências e outorgas ambientais necessárias para execução do objeto do CONTRATO, nos termos do CONTRATO e dos seus ANEXOS.	VI	F	Por infração
	26.2. Deixar de obter as LICENÇAS AMBIENTAIS necessárias à execução do CONTRATO, observados os termos do referido instrumento e de seus ANEXOS.	VI	F	Por infração
27	Deixar de cumprir exigências ou condicionantes estabelecidas nas LICENÇAS AMBIENTAIS obtidas pela CONCESSIONÁRIA ou transferidas pelo PODER CONCEDENTE, observado o disposto na Cláusula 49 do CONTRATO e nos seus ANEXOS.	VI	F	Por infração
28	Deixar de manter vigentes ou renovar todas as licenças, autorizações, permissões, anuências e outorgas ambientais necessárias à execução do CONTRATO, incluindo as LICENÇAS AMBIENTAIS.	VI	F	Por infração

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

29	Deixar de implantar ou manter sistema de gestão ambiental, observados o prazo e as condições constantes do CONTRATO e dos seus ANEXOS.	IV	E	Por infração
30	Deixar de tomar as providências descritas no CONTRATO e no seu ANEXO VII para gestão ou recuperação dos PASSIVOS AMBIENTAIS.	VI	F	Por infração
RECEITAS ACESSÓRIAS				
31	Iniciar a exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS previstas no PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS sem comunicar previamente ou encaminhar à AGÊNCIA REGULADORA as minutas dos respectivos contratos ou outros documentos pertinentes, contendo as informações exigidas no CONTRATO e no seu ANEXO XII.	I	F	Por infração
32	Deixar de encaminhar à AGÊNCIA REGULADORA, no prazo previsto no ANEXO XII, relatório contemplando o detalhamento dos valores arrecadados a título de RECEITAS ACESSÓRIAS, cópia das faturas e instrumentos congêneres e demais informações necessárias ao acompanhamento da exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS, nos termos do CONTRATO e do seu ANEXO XII.	I	F	Por infração
33	Explorar direta ou indiretamente fontes alternativas ou complementares de receita ou explorar comercialmente projetos ou empreendimentos associados na ÁREA DA CONCESSÃO que comprometam a sua segurança ou os padrões de qualidade dos SERVIÇOS, nos termos do ANEXO XII.	IV	F	Por infração
FINANCIAMENTO				
34	34.1. Oferecer direitos emergentes	VII	F	Por infração

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	da CONCESSÃO como garantia de operações e financiamentos sem a anuência prévia e expressa da AGÊNCIA REGULADORA.			
	34.2. Dar ações ou direitos correspondentes ao CONTROLE da CONCESSIONÁRIA em garantia de financiamentos sem a anuência prévia e expressa pela AGÊNCIA REGULADORA.	VII	F	Por infração
BENS REVERSÍVEIS				
35	Deixar de manter os BENS REVERSÍVEIS em bom estado de conservação, em pleno funcionamento e em segurança.	V	D	Por BEM REVERSÍVEL afetado
36	Deixar de manter o INVENTÁRIO atualizado, com todas as informações exigidas e na forma prevista no CONTRATO e nos seus ANEXOS.	I	F	Por infração
37	Deixar de registrar os BENS INTEGRANTES na contabilidade da CONCESSIONÁRIA, incluindo sua distinção em relação aos BENS REVERSÍVEIS, observadas as normas contábeis vigentes e o CONTRATO.	I	F	Por BEM INTEGRANTE não registrado
38	Tentar ou consumir fraude na caracterização dos BENS REVERSÍVEIS no INVENTÁRIO, mediante dolo ou culpa por parte da CONCESSIONÁRIA.	VI	F	Por infração
39	Alienar, transferir a terceiros ou constituir ônus, de qualquer natureza, sobre os BENS REVERSÍVEIS, sem a anuência prévia da AGÊNCIA REGULADORA.	VII	F	Por infração
40	Deixar de mencionar expressamente a vinculação dos BENS REVERSÍVEIS à CONCESSÃO nos negócios jurídicos da CONCESSIONÁRIA que os envolvam.	I	F	Por infração
41	Utilizar ou dispor dos BENS REVERSÍVEIS fora das hipóteses	IV	F	Por infração

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	previstas no CONTRATO.			
42	Deixar de reverter ao PODER CONCEDENTE os BENS REVERSÍVEIS, nas condições previstas no CONTRATO, bem como todos os direitos e privilégios vinculados à CONCESSÃO, quando de sua extinção.	VII	F	Por infração
43	Realizar dissolução, partilha do patrimônio ou distribuição de valores, a qualquer título, entre acionistas da CONCESSIONÁRIA antes que: (i) a AGÊNCIA REGULADORA emita o TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO, atestando que os BENS REVERSÍVEIS revertidos se encontram em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, livres de quaisquer ônus ou encargos; e (ii) esteja plenamente assegurado o pagamento das importâncias devidas ao PODER CONCEDENTE, a título de indenização ou a qualquer outro título.	VII	F	Por infração
44	Deixar de apresentar relatórios cumulativos de acompanhamento de falhas de todos os sistemas e do MATERIAL RODANTE, com o conteúdo e no prazo previstos no CONTRATO e em seus ANEXOS.	I	F	Por infração
CONCESSIONÁRIA				
45	Descumprir o CRONOGRAMA DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL ou deixar de fazer novos aportes de capital na CONCESSIONÁRIA na hipótese tratada na Cláusula 38.3.3 do CONTRATO.	VI	F	Por infração
46	Modificar a composição societária da CONCESSIONÁRIA, implicando a TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE, sem prévia e expressa anuência da AGÊNCIA REGULADORA, nas	V	F	Por infração

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	situações em que for exigida no CONTRATO.			
47	Deixar de submeter ou instituir o PROGRAMA DE CONFORMIDADE, no prazo e na forma previstos no CONTRATO.	III	F	Deixar de instituir
			F	Deixar de submeter
48	Não desenvolver, publicar ou implantar a POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS, no prazo e nas condições definidos no CONTRATO, ou descumprir os termos do PROGRAMA DE CONFORMIDADE.	III	F	Por infração
OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS E INDICADORES DE DESEMPENHO				
49	Prestar os SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO em condições técnico-operacionais distintas das diretrizes e exigências mínimas que estejam estabelecidas no CONTRATO e em seus ANEXOS, assim como no PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO e na POLÍTICA DE VIAGEM, quando não houver infração mais específica.	IV	F	Por infração
50	Prestar os SERVIÇOS DO PRAC em condições técnicas distintas das estabelecidas no CONTRATO e em seus ANEXOS, especialmente no ANEXO II.B, quando não houver infração mais específica.	IV	F	Por infração
51	Descumprir diretrizes mandatórias previstas nos ANEXOS do CONTRATO para prestação dos SERVIÇOS, resultando em acidente com vítima.	VI	F	Por acidente com vítima decorrente de descumprimento das diretrizes mandatórias
52	Interromper a prestação de qualquer dos SERVIÇOS fora das hipóteses previstas no CONTRATO e em seus ANEXOS ou previstas no PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO.	VII	F	Por infração
53	Deixar de subsidiar o VERIFICADOR INDEPENDENTE com as informações necessárias para apuração dos INDICADORES DE	III	F	Por infração

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	DESEMPENHO, no prazo fixado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE.			
54	Não cumprir com o estabelecido no CONTRATO, em seus ANEXOS e nos PLANOS para manter limpo o PRAC, as estações da FERROVIA e suas dependências, bem como os equipamentos existentes, inclusive as partes externas e internas dos trens, bem como os elevadores e vias.	I	D	Por infração
55	Não adotar as providências próprias de atendimento pré-hospitalar ou ambulatorial ao alcance da CONCESSIONÁRIA para mitigar quaisquer danos ocorridos ou socorrer pessoas acidentadas ou com mal súbito no interior da ÁREA DA CONCESSÃO.	IV	F	Por infração
56	Não cumprir com o estabelecido no CONTRATO, em seus ANEXOS e no PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO para prevenir de crimes e contravenções na ÁREA DA CONCESSÃO.	II	F	Por infração
57	Não cumprir com o estabelecido no CONTRATO, em seus ANEXOS e no PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO a fim de coibir comportamentos inadequados dos USUÁRIOS, consideradas as condutas tipificadas na legislação e regulação específicas, bem como no CONTRATO.	I	F	Por infração
58	Deixar de desenvolver, implantar e manter os sistemas, nas condições e nos prazos definidos nos ANEXOS do CONTRATO.	IV	F	Por infração
59	Não fornecer o atendimento previsto nas diretrizes contratuais e no PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO para as manutenções corretivas, nos casos de inoperância de equipamento.	II	F	Por ocorrência urgente não atendida
			D	Por ocorrência não urgente não atendida
60	Descumprir as DIRETRIZES DE	II	F	Por infração

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	CONVIVÊNCIA.			
61	Não oferecer aos USUÁRIOS quaisquer canais de comunicação exigidos no CONTRATO e em seus ANEXOS, quando não houver outro tipo infracional específico que se aplique ao caso.	I	F	Por infração
62	Não instituir e/ou não manter uma ouvidoria permanente com as atribuições previstas no CONTRATO.	IV	F	Por infração
63	Não prover, no todo ou em parte, os serviços de segurança patrimonial e controle de acesso na ÁREA DA CONCESSÃO, a partir da data de assinatura do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE.	III	F	Por infração
64	Atribuição de nota 0,0 (zero), em um mesmo INDICADOR DE DESEMPENHO de um mesmo SERVIÇO, por 3 (três) meses sequenciais, conforme disposto no ANEXO VI.	IV	F	Por infração
65	Atribuição de nota 0,0 (zero), em um mesmo INDICADOR DE DESEMPENHO de um mesmo SERVIÇO, por 6 (seis) meses, ainda que não consecutivos, durante um intervalo de 12 (doze) meses, conforme disposto no ANEXO VI.	IV	F	Por infração
66	Em qualquer mês, receber nota 0,0 em mais de 2 (dois) dos INDICADORES DE DESEMPENHO de um mesmo SERVIÇO, conforme disposto no ANEXO VI.	IV	F	Por infração
67	Alterar os registros necessários à aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO, sem comunicação ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, conforme disposto no ANEXO VI.	IV	F	Por infração
68	Postergação do registro de falhas das ocorrências de qualquer natureza, comprometendo as apurações dos INDICADORES DE	IV	F	Por infração

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	DESEMPENHO, conforme disposto no ANEXO VI.			
69	Constatação de que as informações e os dados registrados quanto às falhas e ocorrências, necessários à aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO sejam divergentes dos fatos apurados, conforme disposto no ANEXO VI.	IV	F	Por infração
OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONCESSIONÁRIA				
70	Não manter, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, as condições de habilitação que lhe foram exigidas na LICITAÇÃO, necessárias à prestação dos SERVIÇOS, nos termos do CONTRATO.	IV	F	Por infração
71	Tentativa ou consumação de fraude na destinação obrigatória da RECEITA BRUTA à CONTA CENTRALIZADORA, ou redução fictícia de tal receita.	IV	F	Por infração
72	Praticar qualquer tipo de fraude em relação à arrecadação dos INGRESSOS.	IV	F	Por infração
73	Descumprir as obrigações tributárias, trabalhistas e cíveis decorrentes da execução do CONTRATO, bem como aquelas previstas no CONTRATO, ou deixar de comprovar seu cumprimento à AGÊNCIA REGULADORA.	I	F	Por infração
74	Deixar de comunicar à AGÊNCIA REGULADORA, nos prazos estabelecidos no CONTRATO, informações relativas à quitação de obrigações tributárias, trabalhistas e cíveis decorrentes da execução do CONTRATO, bem como referentes à instauração de processos administrativos ou judiciais, à lavratura de autuações ou à imposição de multas em seu desfavor que tenham por objeto esses encargos.	I	F	Por infração
75	Realizar a emissão de títulos e	VII	F	Por infração

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	valores mobiliários ou qualquer operação de dívida que envolva a oferta em garantia dos direitos emergentes da CONCESSÃO ou de ações da CONCESSIONÁRIA sem a prévia aprovação da AGÊNCIA REGULADORA.			
76	Não comunicar à AGÊNCIA REGULADORA, nos termos e prazos previstos no CONTRATO, ou não adotar as providências necessárias sempre que ocorrer a descoberta de materiais ou objetos de interesse histórico, arqueológico ou paleontológico, bem como superveniências de caráter geotécnico, ou de INTERFERÊNCIAS com outras concessionárias de serviços públicos.	III	F	Por infração
77	Não apresentar, no prazo previsto no CONTRATO, e/ou não publicar as demonstrações contábeis da CONCESSIONÁRIA em conformidade com a legislação societária, bem como os balancetes mensais de fechamento, devidamente assinados pelo contador responsável.	I	F	Por infração
78	Não refazer, adequar ou corrigir, direta ou indiretamente, sem ônus ao PODER CONCEDENTE ou à prestação dos SERVIÇOS, toda e qualquer obra ou serviço de sua responsabilidade realizado de maneira indevida ou em desconformidade com os padrões de qualidade estabelecidos neste CONTRATO e ANEXOS, conforme os prazos definidos pela AGÊNCIA REGULADORA.	III	F	Por obra ou serviço não refeito, adequado ou corrigido
79	Não obter e manter, ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, o AVCB para toda a infraestrutura relacionada ao objeto da CONCESSÃO.	II	F	Por infração

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

80	Violar obrigação decorrente do dever de sigilo ou de proteção de DADOS PESSOAIS previstas no CONTRATO.	IV	F	Por infração
81	Acessar imóvel objeto de desapropriação ou desocupação antes do pagamento da indenização e, se for o caso, das demais compensações e assistências previstas no PLANO DE DESAPROPRIAÇÃO.	VI	F	Por infração
82	Descumprimento da obrigação prevista na Cláusula 43.1.47 do CONTRATO, referente à realocação dos funcionários atualmente ocupando imóveis de propriedade da EFCJ.	VII	F	Por dia
EMPREENDIMENTOS				
83	83.1 Deixar de operar, manter ou conservar a INFRAESTRUTURA INCORPORADA acrescida ao objeto da CONCESSÃO. 83.2 Deixar de submeter à AGÊNCIA REGULADORA planejamento para gestão da INFRAESTRUTURA INCORPORADA ou deixar de realizar os ajustes necessários nos seguros.	III	F	Por infração
			C	Não submissão do planejamento para gestão da INFRAESTRUTURA INCORPORADA
84	Deixar de submeter à AGÊNCIA REGULADORA e ao PODER CONCEDENTE as propostas relativas às conexões de novos trechos ferroviários, nos termos da Cláusula 37 do CONTRATO.	II	F	Não realização nos ajustes necessários nos seguros para cobertura da INFRAESTRUTURA INCORPORADA
			C	Por infração
85	Descumprir os marcos temporais previstos nos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS referente à execução de EMPREENDIMENTOS, ressalvados os tipos infracionais mais específicos previstos neste ANEXO.	III	F	Por marco temporal descumprido
GARANTIA DE EXECUÇÃO E SEGUROS				

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

86	Não manter a GARANTIA DE EXECUÇÃO válida, vigente e nas condições previstas no CONTRATO e em seus ANEXOS, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO.	VI	F	Por infração
87	87.1 Não fornecer à AGÊNCIA REGULADORA cópias das apólices de seguros contratados e de suas renovações, com comprovação de que os respectivos prêmios se encontram pagos, assim como cópia das apólices da GARANTIA DE EXECUÇÃO, caso prestada na modalidade de seguro-garantia..	II	F	Por infração
	87.2 Não contratar, renovar, atualizar ou manter vigentes os seguros exigidos no CONTRATO, na forma nele prevista.	VI	F	Por infração
FISCALIZAÇÃO E APOIO À FISCALIZAÇÃO				
88	Não apresentar à AGÊNCIA REGULADORA as informações pertinentes ao exercício de seu poder de fiscalização.	II	F	Por infração
89	Não fornecer credenciais para usuário representante da AGÊNCIA REGULADORA para acesso às informações e a documentos, ou para eventual realização de auditorias, nos termos previstos no CONTRATO.	I	F	Por infração
SUBCONTRATAÇÃO E SUBCONCESSÃO				
90	Subcontratar a execução das atividades objeto da CONCESSÃO em desconformidade com as regras previstas no CONTRATO.	IV	F	Por infração
91	Rescindir antecipadamente o contrato do OPERADOR SUBCONTRATADO, em desconformidade com o disposto no CONTRATO.	VII	F	Por infração
92	Efetuar ou permitir qualquer tipo de subconcessão em relação aos SERVIÇOS.	VIII	F	Por infração
OBRIGAÇÕES RELACIONADAS AO APOIO TÉCNICO, AO AUDITOR INDEPENDENTE E AO VERIFICADOR INDEPENDENTE				

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026
Concessão de Obra o Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

93	Não iniciar o processo de seleção ou não firmar os respectivos contratos com o APOIO TÉCNICO, o AUDITOR INDEPENDENTE, e o VERIFICADOR INDEPENDENTE, nos prazos definidos no CONTRATO e no seu ANEXO X.	III	F	Por contrato não firmado
94	Praticar conluio, diretamente ou por meio de representantes, prepostos ou empregados da CONCESSIONÁRIA, junto ao AUDITOR INDEPENDENTE, ao VERIFICADOR INDEPENDENTE e/ou ao APOIO TÉCNICO, visando ao desempenho fraudulento de suas funções e obrigações, segundo o que dispõe o CONTRATO e o seu ANEXO X.	VII	F	Por infração